

CULTURAS POLÍTICAS EM CONFRONTO: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA EM QUESTÃO

Cecília Azevedo*

“Hoje, nossos cidadãos, nosso modo de vida, nossa liberdade estiveram sob ataque em uma série de intencionais e letais atos terroristas. (...) Este é o dia em que todos os americanos, de todas as classes, se unem na nossa determinação pela justiça e pela paz.” (George W. Bush)

“(...) nós – este pronome, praticamente mais do que qualquer outra palavra, fortalece a sensação meio ilusória de que todos os americanos, como coproprietários do espaço público, participam nas decisões de comprometer os Estados Unidos em intervenções estrangeiras...” (E.Said, Cultura e Imperialismo, p.362)

Introdução

Os ataques de 11 de setembro e as invasões do Afeganistão e do Iraque reacenderam o debate em torno da política externa norte-americana e deram visibilidade a um fato bastante significativo: a convergência do discurso oficial do governo norte-americano com os de seus críticos externos, em geral alvos de iniciativas anteriores dos EUA.

No primeiro pronunciamento oficial depois dos ataques, do qual foi extraído o primeiro trecho citado acima, o Presidente Bush realçou a união de todo povo americano na dor e na luta contra o terrorismo¹. As imagens transmitidas pelas redes de televisão de todo mundo deram destaque, nos dias que se seguiram, a manifestações de civismo e solidariedade nas ruas de Nova York e declarações de apoio ao presidente de políticos vinculados tanto ao Partido Republicano quanto ao do Partido Democrata, incluindo o ex-Presidente Bill Clinton.

Para além da possibilidade do impacto dos ataques e da consternação pelas vítimas ter produzido naquele momento um sentimento de unidade nacional, cabe sublinhar que faz parte do imaginário nacional a idéia da política externa não ser um

* Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFF. Este artigo contou com a colaboração de Leonardo Perrier, bolsista de Iniciação Científica, que coletou dados e bibliografia. A Leonardo, meus agradecimentos.

¹ 100 discursos históricos. Carlos Figueiredo (org). Belo Horizonte, Editora Leitura, 2002, p. 439-440.

terreno de disputas, mas seu contrário, o lugar simbólico da conciliação, do consenso bipartidário, realimentado permanentemente pela retórica política.

No que diz respeito ao imaginário latino-americano e de povos de outras partes do mundo, é muito comum a representação do público norte-americano como inteiramente egocêntrico, insensível, indiferente e totalmente avesso aos assuntos internacionais, lembrando-se do mundo apenas quando alguma ameaça real ou imaginária à sua segurança o desperta.

Portanto, o que chama atenção, tanto no discurso oficial norte-americano quanto nas opiniões difundidas pelo mundo afora é a imagem de uma sociedade indiferenciada, indivisa, apoiando sem ressalvas as políticas de cunho unilateralista levadas a efeito por seus governantes.

Este artigo parte da consideração, talvez um tanto óbvia, de que essa imagem de unidade é na verdade um mito e que a política externa norte-americana não está descolada da política interna, ao contrário, encontra-se articulada a fatores de ordem política, cultural e econômica extremamente complexos e dinâmicos. Por lidar com questões tão cruciais como valores e identidade nacional e pelo envolvimento tão grande dos EUA nos assuntos mundiais no mínimo desde a segunda guerra mundial, a política externa vem sendo um fator decisivo nas campanhas presidenciais norte-americanas, o que revela intensa disputa entre visões divergentes nesta matéria.

As inúmeras guerras em que os EUA se envolveram, antes de arrefecerem, aparentemente acirraram tais disputas, a despeito do lugar fundamental que o mito da guerra ocupa no imaginário nacional norte-americano. Segundo Robertson², a Revolução Americana e a Guerra Civil constituem as referências fundamentais na conformação deste imaginário coletivo no qual as guerras seriam promovidas em nome de elevados ideais, resultando em crescimento, fortalecimento e coesão nacional, embora impliquem num custo elevado em termos de destruição e morte. No século XX, a segunda guerra mundial teria reforçado este paradigma da guerra justa, que resultaria em poder, prestígio e reforço da idéia de destino e missão redentora da América. Por outro lado, no entanto, a guerra seria demonizada, apreendida como uma ameaça aos ideais de democracia, liberdade individual, pela ampliação desmesurada e indevida do aparato militar. Robertson agrega ainda um terceiro elemento nesse imaginário, que

² Robertson, James Oliver. *American Myth, American Reality*. New York, Hill & Wang, 1994.

corresponderia à idéia de ser a guerra uma experiência parentética, excepcional, aberrante, que suspenderia a ordem natural da pacífica e democrática vida americana, lamentada portanto, mas assumida por todos com devoção uma vez iniciada.

A emergência de conflitos localizados durante o período da Guerra Fria, como a guerra da Coréia e especialmente a do Vietnã, tornaram mais complexo este quadro, servindo como fatores mais evidentes de divisão e não de união do povo americano, tal como se verifica hoje em relação ao Iraque, a despeito do que as primeiras pesquisas de opinião revelaram³. A guerra do Vietnã passou a representar uma ferida aberta neste imaginário da unidade nacional, um fantasma que assusta o governo Bush cada vez que se invoca paralelos com a atual guerra contra o Iraque. Mas, a guerra do Vietnã não deve ser pensada como uma exceção num quadro de harmonia. Desobediência civil, célebre libelo de Thoreau denunciando a guerra contra o México no século XIX, constituiu sem dúvida um paradigma para os pacifistas dos anos 60.. A primeira guerra travada fora do continente, na virada do século XIX para o XX, nas Filipinas, levou à criação da Liga Antiimperialista encabeçada por intelectuais importantes como William James. No curso da própria primeira guerra mundial, os protestos internos se fizeram ouvir, obrigando inclusive o governo a editar leis de exceção para punir os militantes anti-guerra. O Espionage Act, de 1918, por exemplo, encerrou nas prisões inúmeros militantes anarquistas e socialistas engajados na campanha pela objeção consciente à

³ Pesquisa nacional realizada em março revelou que a maioria da população americana continua a acreditar que Iraque estava dando apoio substancial à Al Qaeda, e metade continua acreditando que evidências dessa ajuda foram encontradas. A maioria acredita que o Iraque tinha armas de destruição de massa ou que um grande programa para desenvolvê-las. Há uma correlação direta entre associação desses fatores e a aprovação da guerra. Outro dado interessante: aqueles que acreditam que o Iraque tinha armas de destruição de massa ou apoiava a Al Qaeda têm maior disposição para votar em Bush do que os que não acreditam nesta vinculação. Esses, em sua maioria, desaprovam a guerra e tendem a não votar em Bush. Mas é importante notar que, em termos percentuais, o apoio à guerra é cada vez menor. Apesar das resistências, informações novas têm provocado mudanças de opinião. A pesquisa revelou que, a despeito das revelações dos especialistas nos depoimentos dados à Comissão de Investigação do Congresso (Hans Blix, David Kay e Richard Clarke) de que não havia evidências de qualquer ligação entre Iraque e Al Qaeda e de que havia armas de destruição de massa no Iraque, a maioria acha que esses especialistas dizem o contrário. Mas, ao serem informados deste fato, as respostas sobre o apoio à guerra mudam substancialmente. A maioria também não está ciente da opinião pública mundial sobre a guerra, acreditando que a guerra é aprovada pela maioria da população de diferentes países. Aqueles que sabem que a opinião pública mundial é contrária são menos propensos a aprovar a decisão tomada pelo governo de tê-la implementado. Na média, a idéia sobre o número de civis iraquianos mortos também é muito distante da realidade. Aqueles que têm noção mais próxima da realidade, são menos propensos a votar em Bush.. Ver Univ. of Maryland -Center for International Security Studies/PIPA- Program on International Policy Attitudes "US Public Beliefs on Iraq and the Presidential Election", 22/4/2004.

guerra. O Espionage Act e o Smith Act de 1940⁴, tal como o Patriot Act I e o Patriot Act II⁵ editados recentemente pelo governo Bush, afrontaram sagrados direitos constitucionais, em primeiro lugar a liberdade de expressão, e sua concepção e implementação indicam claramente não a unidade de propósitos entre Estado e sociedade, que em nome de uma causa maior estaria concordando em abrir mão de certos direitos, mas a necessidade do Estado de identificar e reprimir seus opositores.

Reconhecendo, portanto, que a política externa é usualmente explorada por governantes para mobilizar a opinião pública, preservar a ordem social e defender o regime contra as investidas de seus adversários, me parece fundamental questionar a retórica recorrente da unidade e os diagnósticos apressados e simplificadores no que toca às tendências do público norte-americano. Do ponto de vista conceitual impõe-se a necessidade de problematizar e alargar a noção de cultura política, de modo a discriminar disposições e correntes políticas diferenciadas no interior da sociedade norte-americana no que diz respeito à política externa.

A idéia é identificar os confrontos vividos pela sociedade norte-americana e as correntes de pensamento que foram se constituindo a partir deles. Desde a virada do século XIX para o XX, quando a fronteira a Oeste se fecha e tem início o processo de extroversão dos EUA, esboça-se o embate entre isolacionistas e internacionalistas. Com a ampliação do envolvimento dos EUA no mundo, novas questões e embates se apresentam em termos dos objetivos e das estratégias norte-americanas, promovendo a diferenciação interna de ambos os campos, especialmente o do internacionalismo, conduzindo à constituição de culturas políticas distintas vinculadas a esses dois eixos.

Em geral os trabalhos que recuperam a política externa dos EUA no século XX preocupam-se em demarcar a predominância, em contextos ou governos determinados, de isolacionistas e internacionalistas, associados a perspectivas realistas ou idealistas. Assim teríamos uma trajetória em que governos Republicanos ou Democratas assumiriam paradigmas muitas vezes opostos, como expressão de um novo consenso na

⁴ A través dessa lei, toda a liderança do Partido Comunista dos EUA foi condenada alegando-se que pregava a derrubada violenta do governo norte-americano. Em meio à histeria macarthista, um dos advogados dos líderes comunistas, não por acaso um negro, também foi preso, acusado dos mesmos crimes supostamente cometidos por seus clientes.

⁵ A través dessas duas medidas, o governo dos Estados Unidos criou e ampliou o controle sobre o fluxo de informações pela internet, correio e até bibliotecas. Os provedores, quando solicitados, são obrigados a repassar dados de correio eletrônico, sites consultados, etc, rompendo-se assim cláusulas de sigilo, proteção à privacidade, entre outros direitos.

sociedade. Mesmo numa visão panorâmica, essa idéia me causa grande desconforto uma vez que o fator explicativo subjacente parece ser a fácil condução ou manipulação das massas pelas elites políticas, que teriam o poder de dirigi-las na direção proposta pelo governo. Tomando o caso mais recente de transição nos EUA, não me parece defensável a suposição de que os que apoiavam uma perspectiva internacionalista multilateralista, tenham se convertido em ardorosos defensores do isolacionismo ou do unilateralismo belicista de Bush depois do 11 de setembro. Por mais traumático que esse evento tenha sido, referendar essa hipótese exigiria tratar como opiniões extremamente voláteis e sem qualquer densidade política, tradições ou culturas políticas, nos termos de Bernstein, articuladas a movimentos sociais e políticos cuja história merece ser considerada. Deste modo, me parece mais razoável acreditar que as diferentes disposições em relação à política externa não emergem e submergem periodicamente, mas subsistem na sociedade, mesmo quando não alcançam grande visibilidade.

Em resumo, que respostas poderiam ser dadas à pergunta - Como as pessoas se posicionam em relação à política externa? De forma puramente reativa ao que percebem como ameaça ou oportunidades externas? Prevalece o cálculo utilitário, relacionado a interesses específicos? Seguem mais ou menos irrefletidamente suas lideranças políticas? Seguem condicionamentos imaginários, os chamados “core values”? Proponho evitar responder sim a algumas dessas perguntas ou a todas elas e encerrar o assunto, tentando ir além de sínteses que identificam ondas, fluxos e refluxos internacionalistas e isolacionistas para perceber o que existe além ou a despeito do que se toma por tendências dominantes, que através de um olhar mais cuidadoso podem revelar brechas e cisões consideráveis. Mas onde encontrar as linhas de força? A idéia é chamar essas linhas de força de culturas políticas: experiências e referências identitárias pregressas que orientam comportamentos, escolhas e permitem apropriações diferenciadas dos discursos e projetos estatais⁶.

⁶ Um outra possibilidade seria utilizar o conceito de opinião pública, que vem sendo retomado, ultrapassando a percepção usual do fenômeno como reação circunstancial, instantânea, quase aleatória. O estudo a opinião pública tem se voltado para análise em maior profundidade das sensibilidades coletivas, seja através do discurso político, sindical, religioso, associativo e da mídia em suas mais variadas expressões. A esse respeito ver Becker, Jean Jacques. “A opinião pública”, In. Por uma História Política, op.cit. e Laborie, Pierre “História política e história das representações mentais”. In: Rioux, Jean Pierre & Sirinelli, Jean François. Para uma História Cultural. Lisboa, Ed. Estampa, 1998. Considerando que a opinião pública não pode ser como a soma de opiniões individuais, este último autor a percebe como

Do ponto de vista institucional, por mais que se enfatize a proeminência do Presidente nos assuntos relacionados à política externa⁷, é preciso considerar que o Congresso, especialmente o Senado, mantém uma parcela importante de poder. Para garantir que suas iniciativas sejam referendadas e, acima de tudo, os orçamentos para financiá-las sejam aprovados, o Executivo precisa quase sempre esmerar-se nas negociações com o Legislativo, ou seja, com as correntes políticas lá representadas⁸.

Partindo desse ponto, Joseph Nye chama atenção para os conflitos de origem e natureza diversa que atravessam o processo de formulação e implementação da política externa nos EUA:

“A elaboração da política externa norte-americana é um processo desordenado por motivos profundamente enraizados em nossa cultura e em nossas instituições políticas (...) Na política externa, a Constituição sempre convidou o presidente do Congresso a disputar o poder. E essa disputa se complica quando o Legislativo e o Executivo são controlados por partidos políticos diferentes. Fortes grupos econômicos e étnicos lutam por definir o interesse nacional conforme os seus próprios, e a cultura política da excepcionalidade americana enreda as coisas ao tornar a nossa política externa singularmente moralista.”⁹

Portanto, o desafio consiste em verificar com quais elementos político-ideológicos diferentes versões do isolacionismo e internacionalismo se articularam, ou de outro modo, como não apenas os governos Republicanos e Democratas mas também outros atores políticos e sociais diversos pensaram a relação com o mundo em diferentes contextos. Diante disso, seria possível visualizar a configuração e a dinâmica interna de culturas políticas diferenciadas no seio da sociedade norte-americana. Importa destacar que, enquanto oposto ao isolacionismo, o internacionalismo pode equivaler a ações de intervenção ou contenção militar, imposição de sanções comerciais, mecanismos de expansão econômica, projetos de assistência internacional,

“resultante ativa de cruzamentos complexos entre as lentes culturais, os impulsos de lógica interna por vezes contraditórios, as relações de força em mutação constante, as pressões exteriores, toda uma interação de temporalidades diferentes e num jogo permanente de relações dialéticas.”

⁷ Especialmente no pós-segunda Guerra, a burocracia que cerca o Executivo se estabelece plenamente, contribuindo para a afirmação do poderes presidenciais no que toca a política externa. O executivo controla não só a estrutura diplomática, mas também o sistema de informações (CIA, FBI); o dispositivo militar e tecnológico. O presidente centraliza uma rede de agências federais e um corpo considerável de conselheiros e assessores que permitem que lhe garantem o fluxo de informações privilegiadas e o suporte necessário para suas decisões. Embora no imaginário coletivo, o presidente represente a nação, não se deve deixar de percebê-lo como integrante de um sistema político muito complexo.

⁸ Ver Stupak, R *American Foreign Policy: assumptions, processes & projections*, 1976

⁹ O paradoxo do poder americano, p. 186.

que podem ser, direta ou indiretamente, vinculados a interesses nacionais específicos. Dessa forma, o internacionalismo pode tanto se ancorar numa perspectiva realista de balanceamento de poderes, como numa perspectiva idealista, moralista; tanto numa perspectiva unilateralista, quanto numa multilateralista; tanto numa perspectiva relativista, quanto numa universalista.

O pós-segunda guerra e os anos 50: a vida além do mainstream

Os anos 50 nos são geralmente apresentados como uma era de conservadorismo e confinamento ideológico nos EUA, em contraste com os rebeldes anos 60. Justamente em 1960, o cientista político Daniel Bell publicou um livro significativamente intitulado “O Fim da Ideologia: Da Exaustão das Idéias Políticas nos anos 1950”, no qual argumentava que a nova sociedade de massa havia conciliado utopia e realidade, de modo a dispensar as ideologias. Acreditava que havia acabado a divisão ideológica na nação e que havia à frente um futuro de crescimento ilimitado, que deixava definitivamente para trás a angústia econômica da depressão. O capitalismo americano, baseado no individualismo, mercado e instituições livres traduzia-se numa era de abundância. Ordem nos negócios, grande mobilidade social, consenso conservador. Algo próximo da tese sobre o fim da História, de Francis Fukuyama, no contexto da derrocada da URSS e a emergência de um mundo temporariamente unipolar dominado pelos EUA.

No plano externo, a Doutrina da Contenção concebida por George Kennan e enunciada pelo presidente Democrata Truman, lançava como princípios da política externa o globalismo, o anticomunismo e o livre comércio. As “responsabilidades mundiais” dos EUA passavam a ser o mote do novo internacionalismo, de modo a atenuar a carga moral associada à idéia de destino, o sentido de missão que impregnava fortemente o discurso nacional até então.

Mesmo invertendo a perspectiva de Bell que celebrava as tendências acima descritas, os intelectuais que se identificavam como liberais ou radicais (leia-se esquerda americana), mesmo lamentando, concordavam em parte com seu diagnóstico. Os liberais viam os anos 50 como o avesso dos anos 30, anos dourados dos projetos de reforma social, do engajamento dos intelectuais. Com o fervor patriótico produzido

pela guerra, tudo isso teria se perdido. Os intelectuais de esquerda que investiam num internacionalismo revolucionário teriam não só se alinhado, como se submetido ao Estado, assumindo a conformismo, a alienação e a impotência que tomava conta da sociedade como um todo. Leitura absolutamente trágica que identificava a eficácia total do sistema industrial capitalista em produzir uma sociedade de massa, medíocre, alienada, apática. Em *The Power Elite*, publicado em 1956, C. Wright Mills tentava discernir a face de um poder que evitava se dar a conhecer, mas que se tornava cada vez mais poderoso: o complexo industrial-militar, correntemente designado simplesmente como “o sistema”. A vertente militar, segundo Norman Mailer (*Os Nus e os Mortos*, 1948) representaria uma ameaça de totalitarismo tão grande quanto o inimigo externo, já que fomentava na sociedade o que, com grande sarcasmo, denominou de “*wargasm*”. Eric Fromm (*The Sane Society*, 1955) e Herbert Marcuse (*Eros and Civilization*, 1955 e *Unidimensional Man*, 1964), enxergavam neste processo a criação das maiores patologias do homem moderno, decorrentes da abolição do trabalho criativo, da repressão da libido e da inibição do pensamento crítico. Outras obras que também marcaram o período estavam impregnadas do mesmo espírito: *A Multidão Solitária* (1950), de David Riesman e *A Sociedade de Afluência* (1958), de John K. Galbraith. Ambas lamentavam o preço elevadíssimo pago pelo “progresso”: natureza destruída, indivíduos solitários, utopias perdidas.

Mas apesar de tudo isso, apesar do país viver sob estado de emergência - o *Espionage Act* de 1918, referendado pela Suprema Corte, voltou a entrar em vigência durante a guerra da Coréia -, apesar da caça às bruxas promovida pelo marcarthismo, a denúncia do sistema, o inconformismo e o dissenso não deixaram de se expressar. A própria obra dos autores citados anteriormente pode ser tomada como indicador disso.

O impulso radical estava longe de paralisado. Na literatura, explodia a contracultura¹⁰. *On the Road*, de Jack Kerouak, apresentava uma América dos trabalhadores desqualificados, andarilhos em busca de ocupação, marginais, delinquentes, artistas, negros. A cultura negra vibrante, sensual, emotiva é contrastada com a arrogância e o cinismo da classe média branca. Dentre os desfavorecidos e oprimidos pelo sistema – os imigrantes pobres, especialmente os mexicanos, recebem

¹⁰ Ver Beirutti, Eliane Borges. *Danças de Clio e Calíope em Uma Leitura Interdisciplinar dos Protestos dos Jovens Norte-Americanos nos Anos 60*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 1997.

destaque. É significativo terem os protagonistas buscado justamente no México um substituto simbólico para a utopia americana perdida. Além de *On the Road*, Uivo, de Allen Ginsberg, expoente da geração *beat*, também bateu recordes de vendas, depois que a Suprema Corte suspendeu sua proibição. Suprema Corte de Earl Warren que, para o desgosto do próprio Eisenhower, promoveu a integração racial nas escolas, respondendo e alimentando o movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King, a partir do episódio envolvendo Rosa Parks em 1955¹¹. Ao mesmo tempo, W.E.B Du Bois¹², expoente deste movimento, assumia o pan-africanismo como bandeira mais conseqüente para os negros.

Até mesmo no campo do próprio realismo não havia consenso. O célebre articulista político Walter Lippman¹³ já citado, embora defensor histórico do internacionalismo, condenou o moralismo da Doutrina da Contenção de Kennan, a guerra da Coreia e depois a do Vietnã. Conforme argumenta Wittkopf¹⁴, se a Guerra do Vietnã sem dúvida representa o ponto de inflexão mais nítido em termos da disposição do público em relação à política exterior (ver gráficos), correntemente percebida como razão da quebra do consenso social e bipartidário, nos anos 50 a Guerra da Coreia também não deixou de provocar polêmica. Diante disso, o autor pergunta: terá havido consenso em algum momento?

Anos 60 e 70 e os novos movimentos anti-sistêmicos

¹¹ Em dezembro deste ano, Rosa Parks, ativista negra do Alabama, recusou-se a ceder seu lugar no ônibus para um branco e foi presa. Para protestar contra sua prisão e forçar a proibição da segregação nos ônibus, iniciou-se o boicote aos ônibus. A mesma estratégia de desobediência foi utilizada nos bares e lojas que não serviam negros – os célebres *sit in*, que se difundiram a partir de então.

¹² WEB Du Bois ajudou a fundar a NAACP – National Association for the Advancement of Colored People – em 1910 uma das mais importantes associações dedicada à luta pelos direitos civis dos negros, mormente pela via judicial. Em seu livro mais famoso – *As almas da gente negra* – Du Bois condena a aceitação da segregação por Booker Washington, líder negro mais importante naquele momento, pregando a integração dos negros na América. Pouco a pouco, Du Bois vai se afastando dessa perspectiva, dedicando-se a organizar Congressos Pan-Africanos, condenando os EUA e elogiando a URSS.

¹³ Entre seus livros mais importantes está *Public Opinion*, publicado em 1922. Nele, Lippman, mostra-se cético em relação à democracia, percebendo a política externa como conduzida cada vez mais por grupos de pressão, muito mais eficazes em vocalizar seus interesses. A opinião pública, enquanto expressão de um projeto coletivo, do bem comum, estaria perdendo consistência pela fragmentação crescente da sociedade e pela influência nefasta da mídia.

¹⁴ Wittkopf, Eugene. *Faces of Internationalism*. Duntharm/London, Duke University Press, 1990.

Se o consenso foi menos amplo do que se costuma imaginar nos anos 50, nas décadas seguintes, o conflito se ampliou, reforçando os construtores de uma cultura política do dissenso. A associação de Vietnã, Watergate e détente com URSS desestabilizou os pilares da doutrina de contenção e os sentidos de excepcionalidade e virtude norte-americanas a ela subjacentes. A contestação aberta à política externa tradicional produziu clivagens mais profundas e a inversão de determinadas tendências e alinhamentos. O isolacionismo cresceu e o internacionalismo assumiu novas faces, influenciado pela corrente multiculturalista que se afirmava internamente.

É neste momento que Immanuel Wallerstein¹⁵ identifica o surgimento do que chama de movimentos anti-sistêmicos de um novo tipo, cuja característica principal era se oporem à hegemonia dos EUA, ao mesmo tempo em que condenavam a velha esquerda, que hegemonizara os movimentos anti-sistêmicos clássicos, especialmente os sindicais. A partir das décadas de 60 e 70, segundo o autor, entram em pauta, ao lado dos movimentos negro e feminista, duas novas causas: a ambientalista e a dos direitos humanos.

A chamada Nova Esquerda americana enfatizava o ativismo, identificava-se não com a URSS, mas com os movimentos de descolonização na Ásia e na África e os movimentos revolucionários na América Latina. Seus ídolos eram Guevara, Mao e Ho Chi Minh. Alguns chegaram a pensar que a aliar-se a essas lutas era essencial para derrubar o establishment norte-americano. Entre o final da década de 60 e 70, ativistas vinculados a grupos diversos, incluindo religiosos, especialmente católicos, professores e estudantes universitários, ex-voluntários dos Corpos da Paz¹⁶, participaram de campanhas denunciando os regimes militares na América Latina, especialmente o uso indiscriminado da tortura contra prisioneiros políticos¹⁷. Nessas campanhas defendia-se

¹⁵ Wallerstein, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano: os EUA em um mundo caótico*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004. Entre inúmeras organizações da sociedade civil que poderia ser incluída na categoria de movimento anti-sistêmico proposta por Wallerstein poderia citar a CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation, sediada em Washington. Ver *Citizens – Strengthening Global Civil Society – World Assembly Edition*, McNaughton & Gunn, 1994.

¹⁶ Agência governamental criada pelo Pres. Kennedy, os Corpos da Paz tinham por objetivo enviar voluntários para trabalhar em projetos de educação, saúde e desenvolvimento comunitário nos países do então chamado Terceiro Mundo. A imagem pública dos Corpos da Paz beneficiou-se da aura de idealismo que cercou a década de 60. V. Azevedo, Cecília. *Aventureiros e Missionários: os Corpos da Paz e os Anos 60*. In: *Raízes e Rumos – perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Sônia Torres (org). Rio de Janeiro, 7Letras, 2001.

¹⁷ O caso do Chile foi paradigmático, mas também em relação ao Brasil constituiu-se uma rede de solidariedade às vítimas do regime militar. V. Green, James N. “Clerics, Exiles, and Academics:

o estabelecimento do preceito do respeito aos direitos humanos como guia para política externa norte americana, que acabou sendo assumido por Carter na década de 80.

Nutrindo absoluto desprezo pelo América branca, e por isso seguindo uma linha separatista, surge no seio do movimento negro em 1964 a Nação do Islã, na qual se distinguiu Malcolm X. Encarnando a radicalização do movimento negro, WEB Du Bois segue para Gana, onde adquire a cidadania desse país declarando não ser mais norte-americano e sim um negro.¹⁸

O movimento feminista ridicularizava o falocentrismo dos belicistas e, apesar das tensões com outros grupos, engajou-se nos protestos contra a guerra do Vietnã. Aliás, os protestos contra a guerra foram capazes de aglutinar tendências variadíssimas dos mais importantes movimentos políticos do momento. Paradigmática nesse sentido foi a Marcha sobre o Pentágono, realizada no verão de 1967, reunindo de hippies a intelectuais e profissionais liberais, reformistas, socialistas e anarquistas. A simples menção de algumas das organizações presentes serve como ilustração: ao lado das mais conhecidas - SDS – Students for a Democratic Society; CORE - Congress on Racial Equality; SLCC – Southern Leadership Christian Conference; SNCC – Students Non-violent Coordinating Committee – estavam presentes a Comissão dos Advogados de Washington; o Movimento de Mulheres pela Paz, o Partido Socialista dos Trabalhadores, Associação de ex-voluntários da Paz; Contingente Revolucionário associado ao grupo Máscara Negra, Clube Dubois, Comunidade Católica pela Paz, , Movimento Cristão Inter-Universitário, Comunidade Judaica pela Paz, Associação Episcopal para Paz. Enquanto Allen Ginsberg e os hippies meditavam para fazer o Pentágono levitar, H. Rap Brown e o Contingente Revolucionário, deixando de lado a não violência que distinguira a estratégia da desobediência civil, tentavam romper o cordão de isolamento, enfrentar a guarda e invadir o Pentágono¹⁹.

Violento ou não, o ativismo social nos EUA cresceu significativamente durante a década de 60. Programas de desenvolvimento comunitário enfatizavam não apenas a

Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States, 1969-1974.”In: *Latin American Politics and Society*, 45:1, p.87-117.

¹⁸. Claude Lightfoot merece ser citado também como representante do pensamento comunista afro-americano. Em texto escrito na década de 60, Lightfoot, em capítulo dedicado à política externa, orgulha-se que luta negra nos EUA prejudique imagem dos EUA como baluarte da democracia, valoriza a resistência ao Vietnã, criticando também tanto a primeira como a segunda guerra mundiais, por terem sido movidas pelos interesses imperialistas norte-americanos.. *O Poder Negro em Revolta*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

distribuição de recursos materiais, mas a participação na gestão e efetiva transferência de poder aos desfavorecidos no contexto da chamada Guerra à Pobreza, programa de reforma conduzido pelo Pres. Johnson, que na arena doméstica recuperava a tradição reformista inaugurada pelo Partido Democrata nos anos 30.

Mas antes de aplicá-las internamente, as teorias de desenvolvimento comunitário foram adotadas pelos Democratas como estratégia de aproximação do Terceiro Mundo. As teorias e as políticas de desenvolvimento e modernização foram assumidas por Kennedy e apresentadas à América Latina no programa da Aliança para o Progresso. Os Democratas, embora procurassem matizar o discurso da excepcionalidade norte-americana, procurando conceder um tom mais pragmático ao seu internacionalismo, mantinham intacto o etnocentrismo, na medida em que, ao exportar um modelo de construção nacional, desconsideravam personalidade e impulso próprio das sociedades a serem “modernizadas”, ou seja, “americanizadas”. Cabe destacar de todo modo a afinidade dos Democratas com uma perspectiva universalista e com o que Nye, ideólogo do governo Clinton, hoje denomina como poder brando – ou seja, o convencimento dos demais atores internacionais, através de instrumentos culturais e simbólicos, de modo a torná-los parceiros das estratégias internacionais pretendidas. Produzir consenso de modo a evitar a coerção aberta, como já Franklin Roosevelt pretendeu com a Boa Vizinhança. O avesso do que se assiste hoje, quando a principal figura da política externa do governo Bush, Condoleeza Rice²⁰, defende que o ataque preventivo é a melhor arma de defesa.

Conflitos atuais: choque das civilizações, o mito do novo isolacionismo

É interessante notar que o presidente Bush, ao iniciar seu governo, anunciou que reduziria os programas de assistência internacional inflados pelo governo anterior²¹.

¹⁹ Mailer, Norman. *Os Exércitos da Noite ou Os degraus do Pentágono*.

²⁰ Como ocorreu em outras administrações, percebe-se um claro conflito de perspectivas hoje entre Rice, Assessora para Assuntos Internacionais e o Secretário de Estado Collin Powell.

²¹ Com respeito à era Clinton, a tendência foi a de suavizar a idéia de contenção, buscar ampliar laços com aliados europeus e ter mais cuidado para justificar intervenções armadas, adotando uma visão mais restrita em termos da defesa dos interesses nacionais, em reconhecimento da relatividade do poder americano. O governo procurou ganhar o Congresso para projetos de assistência, enfatizando a clássica proposição de promover valores “universais”, como a democracia, mercados abertos, lei e compromisso com a paz. Os discursos da Secretária de Estado Madeleine Albright eram fortemente marcados por essa

Depois dos ataques de 11 de setembro e da invasão do Iraque, o governo tentou atenuar o efeito do seu grotesco discurso unilateralista apropriando-se da clássica pregação internacionalista Democrata do *building nation*²², para “salvar o mundo para democracia”, quando não para Cristo, já que George W. Bush trouxe de volta para Casa Branca o moralismo ultra-conservador protestante dos anos Reagan. No entanto, a idéia do choque das civilizações, proposta por Huntington²³, que vê como irredutíveis as diferenças entre as culturas – tomadas como essências, mantém uma força considerável, têm produzido leituras opostas: uma, explicitada pelo próprio autor, que aponta o retorno ao isolacionismo como a melhor opção, e outra, que não vê alternativa que não a guerra sem limite, sem tréguas e por todos os meios a esse novo inimigo, intratável que seria o terrorismo, já que o poder brando nesse contexto, não faria qualquer sentido.

Mas o mais interessante, mais uma vez, é tentar descobrir de que formas a sociedade norte-americana, vem reagindo. Num livro significativamente intitulado *Misreading the Public: The myth of a New Isolationism* os autores procuram desfazer algumas idéias muito correntes, começando pelo mito do isolacionismo como tendência crescente entre os norte-americanos no momento. Decorrente dela, a rejeição aos projetos de cooperação internacional, aos organismos multilaterais e aos tratados internacionais, alinhando-se plenamente com o governo quanto à idéia de que o multilateralismo significaria prejuízo à soberania dos EUA, justificando-se portanto resistir ao direito internacional e a iniciativas de afirmação de uma jurisdição internacional.

perspectiva que poderíamos considerar mais pragmática do que idealista. V. Ayerbe, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da Hegemonia. São Paulo, UNESP, 2002.

²² Refere-se aos projetos de construção de nações “viáveis” e “modernas” no Terceiro Mundo, que reproduziriam o padrão ocidental e norte-americano, como sinalizavam a retórica e os programas internacionais levados a cabo por Wilson e Kennedy (Aliança para o Progresso, Corpos da Paz, dentre outros). Tais programas, embora incorporassem a crítica ao internacionalismo belicista, desconsideravam a personalidade e impulso próprio das sociedades a serem “modernizadas” e faziam tabula rasa das culturas e tradições locais, vistas como empecilhos à edificação de uma nova ordem.

²³ Huntington, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro, ed. Objetiva, s/d. Este livro foi escrito em função da grande polêmica que se seguiu a um artigo publicado em 1993 no qual este conhecido professor de Harvard e do famoso instituto para estudos estratégicos John Olin, apresentava a idéia de que o mundo não estaria dividido por ideologias nem por níveis de desenvolvimento, mas por diferenças, fronteiras civilizacionais. Diretor de Planejamento de Segurança do Conselho de Segurança Nacional do governo Carter e fundador da revista *Foreign Affairs* e presidente da American Political Science Association, Huntington coordenou um projeto chamado “The changing Security Environment and American National Interests”, no qual trabalharam ex-funcionários do governo

Os autores consideram também que essa suposta rejeição aos projetos de assistência e pactos internacionais adviria de imagens equivocadas, certamente construídas pelo discurso oficial, de que os EUA investiriam três vezes mais do que efetivamente investem nesses projetos. No que diz respeito aos organismos internacionais, os dados levantados apontam índices consistentes de aprovação da participação de tropas norte-americanas em ações humanitárias e de pacificação patrocinadas pela ONU²⁴.

Portanto, não se sustenta o argumento, dos que hoje defendem um unilateralismo intransigente de rejeição generalizada do público aos organismos multilaterais, especialmente a ONU²⁵. Segundo Nye, muitos ativistas políticos que acabaram votando nas primárias republicanas (geralmente só um quinto do eleitorado), estavam convencidos de que a ONU era uma ameaça à soberania nacional (...) Posto que constituíssem uma minoria do público, foi deles a voz a que o Congresso deu ouvidos ao determinar o interesse americano. Além disso, essa voz foi amplificada pela ideologia de importantes membros do comitê, como o senador Jesse Helms, e pela tática dos interesses especiais de vincular o pagamento das contribuições (devidas à ONU) a questões totalmente estranhas ao assunto, como o aborto²⁶. No mesmo sentido I. M. Destler²⁷ chama atenção para não se procurar relação direta entre pontos de vista e atitudes dos congressistas e dos eleitores que os apoiaram.

Matizando esse imagem de consenso maciço, Edward Said, o célebre autor de *Orientalismo e Cultura Imperialismo* recentemente falecido, observa que sempre existiu

federal e intelectuais de diversas instituições de prestígio. Pode-se imaginar que suas idéias tenham repercussão considerável nos principais círculos políticos e acadêmicos do país.

²⁴ Kull, Steven & Destler, I.M. *Misreading the Public: The Myth of a New Isolationism*. Washington, D.C, Brookings Institution Press, 1999. No artigo *The myth of the reactive public – American public attitudes on military fatalities in the post-Cold War period* os autores comentam que formuladores da política externa tendem a ser cautelosos com relação a intervenções que possam produzir número de elevado de baixas de soldados norte-americanos por temerem uma reação contrária do público norte-americano. Ao longo do texto, os autores acabam por concluir que há na verdade uma interpretação equivocada das elites políticas, pois o público na verdade teria a tendência de retirar o apoio das intervenções que viessem a se mostrar equivocadas, pelas próprias motivações originais – efetivamente relacionadas ao que se crê como sendo os interesses nacionais - ou pela avaliação de que não teriam chance de sucesso. A elevação das baixas teria o efeito de tornar o público mais rigoroso na avaliação desses fatores fundamentais. Basicamente o que os autores querem dizer é que o público reage em função das informações que recebe e que tende a não apoiar incondicionalmente as decisões de seus governantes. Embora os autores não tenham a preocupação de avaliar a diferenciação interna desse público, chamam atenção para a significativa independência deste em relação ao governo..

²⁵ Segundo dados do Council of Foreign Affairs de 1999, a ONU era bem vista por 70% da população durante o governo Clinton.

²⁶ Nye, op. Cit., p. 220.

uma literatura dissidente. Citando críticos vigorosos críticos tanto do belicismo quanto do building nation, do triunfalismo moralista e do sentido de excepcionalidade como Noam Chomsky, Said os valoriza “não só como vozes individuais, mas como participantes de uma corrente alternativa e antiimperial bastante considerável dentro do país. Com eles seguem-se periódicos liberais de esquerda como *The Nation*, *The Progressive* e, até a morte de seu autor, o *I. F. Stone’s Weekly*.”²⁸ Mesmo considerando que sempre houve oposição, e que insinua-se uma contra-articulação internacionalista, um movimento intelectual e cultural que aspira a um novo tipo de internacionalismo, Said acaba por concluir que o poder dissuasivo dela não tem sido suficiente para abalar ou deslocar “o consenso dominante extraordinário que congrega governo, políticos, militares, institutos de pesquisa, meios de comunicação e centros acadêmicos quanto à necessidade da força americana e a justiça, em última análise, de sua projeção”.

De todo modo, não se pode deixar de ver como significativo que o discurso conservador veja com tanta preocupação a expansão de minorias étnicas e a crescente força do multiculturalismo. Em seu último livro, *Who are We: the challenge of América’s National Identity* preocupa-se com o impacto da imigração, especialmente a oriunda do México, no “núcleo anglo-protestante da cultura dos EUA”. O aumento do fluxo de imigrantes e a postura ativa de alguns grupos de afirmar sua identidade étnica, demandar reconhecimento e inclusive, no caso dos mexicanos, o bilinguismo nas escolas, desagrada Huntington. No caso dos mexicanos, o problema seria mais grave, segundo o autor, por se concentrarem em áreas como a Califórnia, o Texas, o Novo México, Arizona, Nevada e Utah, que já pertenceram ao México, o que poderia leva-los a sentir que estariam em seu território e não em um país estrangeiro. Huntington chega a considerar que os mexicanos seriam supostamente menos inclinados a aceitar a democracia, teriam menos iniciativa, seriam mais fatalistas por considerarem a pobreza como virtude por conta de sua fé católica. Huntington chegou a declarar, que só existiria um sonho americano criado por uma sociedade anglo-protestante e que os mexicano-americanos só poderiam partilhar desse sonho se sonhassem em inglês.

Vale sublinhar que associações de minorias étnicas, imigrantes de várias partes do mundo e seus descendentes tenham tido presença marcante nos chamados movimentos anti-globalização. Esses movimentos se expandiram a partir dos protestos

²⁷ The Reasonable Public and the Polarized Policy Process.

contra instituições que simbolizam a ordem econômica internacional hegemônica pelos EUA, como a Organização Mundial do Comércio, em Seattle em 1999, e contra o FMI e o Banco Mundial, em Washington em 2000. Além da crise econômica que fez aumentar das disparidades sociais, a articulação de novos e velhos atores como a poderosa AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho e o Congresso de Organizações Industriais – a mais poderosa central sindical dos EUA, associações de ambientalistas, de anarquistas e imigrantes, se deu em função de uma determinada visão das relações internacionais e da crítica do papel dos EUA no mundo.

Deveríamos ver nesses episódios ecos das manifestações dos anos 60? Sim e não. Não, no sentido já questionado das ondas, dos fluxos e refluxos. Sim, na medida em que revelaria a continuidade de uma “tradição de dissenso”²⁹, de uma cultura política democrática e anti-imperialista, multicultural e pluralista, avessa ao unilateralismo associado à idéia da excepcionalidade da América, farol do mundo, inocente e benevolente em suas intenções e ações em relação ao mundo. Se não fosse por ela, os filmes de Michael Moore não fariam tanto sucesso.

²⁸ Cultura e Imperialismo, p. 355.

²⁹ Ousei utilizar essa expressão, um tanto paradoxal, em artigo anterior, embora anteriormente tenha tido muitas reservas em relação à idéia de tradição, objeto de discussão no campo da História Cultural, como bem recupera Peter Burke. Burke conclui que ser difícil prescindir da idéia de tradição neste campo de estudos, embora se deva evitar um sentido de transmissão por herança, que deixaria de lado a consideração da recepção e da adaptação em cada contexto. V. Burke, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 239-241 e Azevedo, Cecília. “Pelo avesso: crítica social e pensamento político filosófico no alvorecer do ‘século americano’: William James e o Pragmatismo”. In Diálogos, Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História Vol. 1. n. 1, 1997, p. 25-36 e 61-64.